



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Correio Urbano

A5 GERAL

Correio de Sergipe • Aracaju  
terça-feira • 16 de fevereiro de 2016

# Somente dois municípios não assinaram pacto pela educação

Ontem, 12 cidades sergipanas aderiram ao Programa MPEduc. Entre os prefeitos que assinaram o pacto, o de Aracaju

Karla Pinheiro

**D**ando continuidade ao programa nacional MPEduc, que é um pacto pela gestão na educação e pela melhoria do ensino público do país proposto pelo Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público Estadual (MPE), aconteceu ontem (15) na sede do MPF/SE, uma reunião para que os 14 municípios que não tinham assinado o acordo tivessem outra oportunidade para tal. Doze municípios compareceram e firmaram a parceria.

O projeto foi lançado em Sergipe no dia 02 de julho do ano passado e no dia 17 de dezembro aconteceu a reunião no auditório do Ministério Público Estadual (MPE) para assinatura do acordo. Na oportunidade, 61 dos 75 municípios sergipanos assinaram o pacto.

De acordo com o procurador Ramiro Rockenbach (MPF/SE),

foi dada essa oportunidade aos municípios que não tinham assinado o acordo porque a intenção do projeto é unir forças para melhorar a educação pública. As prefeituras que não assinaram terão os casos enviados para as áreas de improbidade administrativa e criminal dos MPE e MPF.

“Esse é um projeto que temos prazos e contas a prestar. Se os prefeitos não assinam, é um direito deles, respeitamos, mas nesse caso os processos desses municípios seguem para outras áreas do Ministério Público, que é o criminal e de improbidade administrativa. Pensamos em fazer essa reunião para oferecer mais uma oportunidade antes de seguir adiante”, explica.

## • Visita

A primeira fase do MPEduc foi a visita às escolas para conhecer a realidade e a necessidade de cada local. Foram 280 escolas visitadas, pelo menos quatro por município, sendo duas da rede estadual e duas da rede municipal. A segunda

fase será a realização de audiências públicas em todos os municípios que assinaram o acordo. “Hoje nós temos um terreno, fizemos uma constatação da situação das escolas da rede pública do Estado e agora podemos trabalhar de mãos dadas. Tenho certeza que a partir de hoje vamos efetivamente ter políticas públicas que funcionem, que saiam do papel para melhorar a educação. O que estamos fazendo é chamar todos a ter responsabilidade, porque quem não quer responsabilidade não se candidatar. Vamos voltar às escolas para analisar e este ano já queremos melhorar isso”, ressalta o promotor de justiça Alexandre Santana.

## • Municípios

Os municípios que ainda não tinham assinado o pacto eram Aquidabã, Aracaju, Estância, Macambira, Maruim, Nossa Senhora das Dores, Pedra Mole, Porto da Folha, Poço Redondo, Santa Luzia de Itanhy, Santana do São Francisco, Santo Amaro das Brotas, São Francisco e

Tobias Barreto.

Destes, apenas os representantes dos municípios de Macambira e Santo Amaro das Brotas não compareceram à reunião. A prefeitura de Macambira justificou a ausência e solicitou uma nova data, já a de Santo Amaro não se manifestou.

## • Referência

O prefeito de Aracaju, João Alves Filho, esteve presente no MPF e falou da importância de assinar o acordo. “A educação é um ponto essencial para mim, houve muitos avanços em Aracaju, felizmente temos qualidade de ensino e nacionalmente somos referência nesse item. Foi pedido que eu analisasse o projeto, eu fiz isso e estamos aqui para firmar esse compromisso com a educação”, diz.

Outro prefeito que não assinou o acordo em dezembro, mas resolveu trabalhar em parceria com o Ministério Público, foi Albino Tavares do município de Porto da Folha. Na oportunidade, o gestor deixou claro que tem trabalhado para melho-

rar a situação do município, mas encontrou muitas dificuldades. “Acho muito louvável o projeto do Ministério Público, no lançamento gostei muito, mas no segundo momento o tom da conversa foi diferente, parecia que quem não assinasse estava escondendo alguma coisa, parecia que estávamos sendo criminalizados, esse foi um dos motivos que não assinei o acordo. Hoje estou aqui para assinar, não por medo de investigação, mas pelo compromisso que tenho com a educação”, aponta.

## • Proposta

O procurador se desculpou se foi essa a impressão passada,

mas deixou clara que a intenção do projeto é a melhoria da educação. “Não ameaçamos e nem acusamos ninguém, a conversa foi amistosa, e na verdade nosso intuito é saber o que aconteceu para que o município tenha chegado a essa situação. Se vem de gestões anteriores é preciso que isso seja dito para que se investigue e puna os responsáveis. Quando falamos que haverá investigação para quem não assinar, não é investigar o gestor atual, mas sim a situação como um todo”, explica Rockenbach.

O MPEduc engloba oito eixos de observação e que precisam ser mudados nas escolas: estrutura física, processo pedagógico, inclusão, alimentação escolar, transporte escolar, programas do Governo Federal e funcionamento dos principais conselhos sociais que atuam na análise de prestação de contas de verbas direcionadas para educação. Para ter acesso ao resultado completo dos municípios basta acessar o portal <http://mpe-duc.mp.br>.



■ MPEduc é um pacto pela gestão na educação e pela melhoria do ensino público do país proposto pelo MPF e MPE

**1ª FASE DO MPEduc FOI A VISITA ÀS ESCOLAS PARA CONHECER A REALIDADE E A NECESSIDADE DE CADA LOCAL**